

TURISMO/ECONOMIA

Feriados de 2023 vão movimentar R\$ 74,3 bilhões no turismo

As agências de turismo e os setores hoteleiros podem comemorar. Com diversos feriados no ano e pontos facultativos prolongados, 2023 já é um ano positivo para o turismo no Brasil.

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), tudo indica que, apenas este ano, o setor deve movimentar cerca de R\$ 74,3 bilhões. Desde 2018, o turismo não via um crescimento expressivo como esse.

O agente de viagens, Juracy Marques, conta que a perspectiva é sempre muito boa e que o público pode esperar uma baixa nos valores dos pacotes e passagens. “Eu acredito fielmente que nós teremos um aumento dos nossos passageiros, de pessoas que vão querer viajar. Em relação a valores, a nossa expectativa é que a economia melhore, porque isso vai fazer com que o pessoal viaje mais e procure as agências e os pacotes. Mas, ainda há uma incógnita na economia do ponto de vista de como ela vai se comportar. Os pacotes são voláteis a partir do momento que há uma alteração no preço dos combustíveis”, afirmou.

Com tantos feriados previstos, o melhor é se programar para aproveitar todos da melhor forma.

Confira os feriados de 2023:

- 2ª feira (20 de fev): ponto facultativo de Carnaval
- 3ª feira (21 de fev): ponto facultativo de Carnaval
- 4ª feira (22 de fev): Quarta-feira de cinzas
- 6ª feira (7 de abril): Paixão de Cristo
- 6ª feira (21 de abril): Tiradentes
- 2ª feira: (01 de maio): Dia do Trabalhador
- 5ª feira (08 de junho): Corpus Christi
- 5ª feira (07 de setembro): Independência do Brasil
- 5ª feira (13 de outubro): Nossa Senhora Aparecida
- Sábado (28 de outubro): Dia do servidor público
- 5ª feira (02 de novembro): Dia dos finados
- 4ª feira (15 de novembro): Proclamação da República
- 2ª feira (25 de dezembro): Natal



No total, serão 8 feriados nacionais e 5 pontos facultativos. Em 4 deles, será possível emendar o feriado com o fim de semana. São eles: Paixão de Cristo, Tiradentes, Dia do Trabalhador e Natal.

Fonte: Brasil 61

PLANEJAMENTO

Orçamento 2023 prevê receita da União de R\$ 5,3 trilhões

O aumento das despesas da União preocupa especialistas, que previam um rombo fiscal do governo em até R\$ 231,5 bilhões. No entanto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou novas medidas para aumentar a arrecadação do governo federal. Segundo ele, as políticas poderão diminuir o déficit para R\$ 100 bilhões em 2023.

Segundo o consultor César Lima, o pacote de medidas do ministro é importante, mas não suficiente. “O déficit está estimado em 231,5 milhões e o pacote apresentado pelo ministro Haddad revertia esse déficit no superávit de 11,5 milhões. Contudo, para gerar esse superávit, estavam previstos 28,8 milhões da desoneração dos combustíveis o que o governo já acenou que pode manter pelo menos até o fim do ano. E ainda a questão do litígio zero, vai depender muito da adesão do público”, explica.



A Lei Orçamentária de 2023 estima a receita da União para este ano em R\$ 5,345 trilhões e fixa a despesa em igual valor.

A receita total estimada nos orçamentos fiscal e de seguridade social é de R\$ 5,201 trilhões. Desse total, R\$ 2,039 trilhões

referem-se ao orçamento fiscal; R\$ 1,152 trilhão, ao orçamento de seguridade social e R\$ 2,010 trilhões para refinanciamento da dívida pública federal.

O projeto de lei orçamentária para 2023 foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na terça-feira (17). O texto foi aprovado pelo Congresso em dezembro de 2022. Apenas uma medida foi vetada pelo presidente para o orçamento deste ano.

O artigo retirado do texto por Lula criava uma identificação orçamentária para despesas previstas na PEC da Transição. Com as mudanças, o teto de gastos foi ampliado em R\$ 145 bilhões. Desse total, R\$ 70 bilhões vão reforçar o orçamento do programa Bolsa Família.

O veto do presidente foi sugerido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Segundo mensagem divulgada pela pasta no Diário da União, as medidas seriam de “contrariedade ao interesse público”.

Salário Mínimo

A proposta de orçamento para 2023 previa R\$ 6,8 bilhões adicionais para custear o reajuste do salário-mínimo para R\$ 1.320. Contudo, no segundo semestre do ano passado houve concessão de benefícios, como pensões e aposentadorias maiores do que o esperado pelo INSS.

Logo, esses 6,8 bilhões que foram destinados não dariam para cobrir o aumento. “De forma geral o salário mínimo é uma preocupação do setor privado, porém, os benefícios sociais pagos pelo governo estão atrelados ao salário mínimo. Então toda vez que você aumenta o salário-mínimo, você tem que dispor de mais recursos para bancar esses benefícios”, explica o economista.

Por enquanto, continua valendo o salário-mínimo de R\$ 1.302, definido por medida provisória em dezembro pelo governo anterior.

Fonte: Brasil 61

AGRONEGÓCIO

Valor Bruto da Produção Agropecuária fechou 2022 em R\$ 1,189 trilhão

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) fechou 2022 em R\$ 1,189 trilhão. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), esse valor é o segundo maior em uma série de 34 anos de cálculo desse indicador. O faturamento das lavouras foi de R\$ 814,77 bilhões e o da pecuária de R\$ 374,27 bilhões.

A pasta ressalta que, em 2022, o VBP foi marcado por resultados positivos para diversos produtos, crescimento das exportações do agronegócio e dos preços agrícolas. Porém, o fator que mais prejudicou o de-

sempenho foi a seca, especialmente na região Sul e parte do Centro-Oeste, que resultou em prejuízos aos agricultores, causados por perdas de produção de soja, milho e feijão. A pecuária também foi afetada devido às perdas de suprimento.

Marcos Melo, especialista em finanças, explica que a utilização da tecnologia no setor do agronegócio permitiu que o Brasil se tornasse um exemplo de investimento em tecnologia para gerar maior produção agrícola.

“O Brasil ao longo dos últimos anos se desenvolveu

bastante na sua agricultura e pecuária e isso fruto de pesados investimentos em tecnologia. Existe muita tecnologia para se conseguir desenvolver variedades de culturas diferentes que não estavam originalmente associadas a solo e a climas como nós temos no Brasil. Hoje, somos um exemplo para o mundo inteiro de como se pode investir em tecnologia para gerar maior produção agrícola e assim poder alimentar não apenas internamente, mas também em vários países e muita gente ao redor do mundo”, ressalta Melo.



Segundo o Mapa, o VBP estimado para 2023 é 6,3% maior que o de 2022, podendo atingir R\$ 1,263 trilhão. As lavouras devem ter um aumento real de 8,3%, e a pecuária de 1,9%.

Os produtos que mais se destacaram em 2022 foram o algodão, café, milho, trigo e leite. Esses cinco produtos atingiram, neste ano, o maior valor do VBP em todo o período histórico. Preços e quantidades produzidas foram os principais fatores que promoveram esses produtos.

Os cinco primeiros produtos de destaque no VBP de 2023 são soja, milho, cana, café e algodão, que representam 83,7% do VBP das lavouras. Espera-se um desempenho menos favorável em café, algodão e trigo.

Fonte: Brasil 61

PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA

Aviso de licitação
Modalidade Dispensa de Licitação
Dispensa de Licitação nº 02/2023
Processo CL/PMP nº 02/2023

A Prefeitura Municipal de Pontalinda, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 75 § 3º da lei 14133/2021, torna público para conhecimento de eventuais interessados, a fim de obter propostas adicionais e mais vantajosas para Municipalidade, que tem por objetivo a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos veterinários, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atendimento junto ao Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, prestando assistência médica na prevenção e atendimento clínico a animais (bovinos, equinos e ovinos) e apoio a vigilância sanitária deste Município de Pontalinda. Os interessados deverão apresentar proposta na conformidade do termo de referencia dentro do prazo mínimo de 3 (três) dias uteis ou seja até as 09:00 horas do dia 24 de Janeiro de 2023. O Termo de Referência encontra-se a disposição para retirada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontalinda, Rua Tupinambás nº 1091, pelo site WWW.pontalinda.sp.gov.br/licitacoes, Todos os esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3699.8780. Pontalinda, 19 de Janeiro de 2023
Sisínio de Oliveira Leão
Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



AVISO DE EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

A Prefeitura Municipal de Vitória Brasil – CNPJ 01.611.210/0001-89 por meio da Comissão Especial para o Leilão Eletrônico 001/2023, fazem saber que se encontra aberta a licitação, sob a modalidade de Leilão Eletrônico, para venda de bens considerados inservíveis, a cargo da Leiloeira Oficial, Lídia Seixas, matriculado na JUCESP sob o nº 892, na modalidade LEILÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023, através do site: <https://www.bidmax.com.br>. O Edital poderá ser retirado nos sites <https://www.bidmax.com.br> e www.vitoriabrasil.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal situada à Rua Dr. Nunes, 680 – Centro, Vitória Brasil (SP). Eventuais dúvidas podem ser dirimidas: a) Prefeitura Municipal de Vitória Brasil (SP) – Tel.: (17) 3642-9000, através de e-mail licitacao@vitoriabrasil.sp.gov.br ou junto a Leiloeira Oficial: (17) 99680-6004, e-mail: bidmax@bidmax.com.br.

DA DATA, LOCAL E HORÁRIO DO LEILÃO

O Leilão realizar-se-á através da plataforma online disponibilizado no site www.bidmax.com.br, no dia 07 de fevereiro de 2023, iniciando às 09h00 e encerrando até a arrematação do último lote.

ECONOMIA

Americanas pede recuperação judicial, com dívida de R\$ 43 bilhões

A Americanas entrou com um pedido de recuperação judicial nesta quinta-feira (19), na 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Nesta manhã, a companhia já havia informado que teria recursos reduzidos em caixa e admitiu a possibilidade de iniciar o processo.

As dívidas da empresa somam R\$ 43 bilhões, entre aproximadamente 16,3 mil credores.

A quantia em caixa, segundo a varejista, estaria em R\$ 800 milhões. O valor é significativamente menor do que os R\$ 8,6 bilhões reportados no balanço de resultados do terceiro trimestre de 2022.

O prazo entre o pedido e a homologação do plano é de 60 dias. De acordo com o diretor financeiro da Spot Finanças, Marcello Marin, o pedido de recuperação judicial da Americanas se tornará o quarto maior da história do país, atrás somente de Odebrecht, Oi e Samarco.

“Será uma recuperação judicial bem complexa. Além das margens, que são extremamente baixas para a companhia, outro ponto de bastante atenção é a ‘qualidade’ dos credores”, diz.

“Pelo que se tem falado, a maioria dos credores são os bancos, o que vai gerar muita briga para a aprovação do plano. Internamente, os bancos já estão falando de haircut [perdão de dívida] na casa de 30%, mas, com certeza, o plano vai prever mais do que isso”, afirmou.

Agravamento da dívida

No dia 11 de janeiro, a Americanas divulgou um fato relevante informando que havia identificado “inconsistências em lançamentos contábeis” nos balanços corporativos, em um valor que chegaria a R\$ 20 bilhões.

O rombo, causado principalmente por dívidas com bancos em operações de risco sacado, amplia os números referentes ao grau de endividamento e ao capital de giro. Em resumo, as operações não foram lançadas adequadamente, subestimando a dívida da empresa.

A ameaça de calote iniciou uma batalha jurídica entre a



empresa e os principais credores. O BTG Pactual, um dos credores mais expostos à dívida da varejista, conseguiu um bloqueio de R\$ 1,2 bilhão da Americanas.

O aval do bloqueio foi concedido pelo desembargador Flávio Marcelo de Azevedo Horta Fernandes, da 2ª Câmara Criminal do Rio de Janeiro. A decisão reverteu uma liminar que havia congelado temporariamente o pagamento das dívidas da varejista e revertido qualquer tentativa de execução por parte dos bancos credores.

A empresa, agora, afirma que boa parte do seu caixa está “injustificadamente indisponível para a movimentação da companhia desde ontem”, em virtude da decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

No documento em que esclarece os motivos para entrar com o pedido de recuperação judicial, a empresa afirma que apenas o bloqueio dos recursos já tornou “extremamente difícil a continuidade das operações do Grupo Americanas por 30 dias”.

Além do BTG Pactual, outros bancos também se adiantaram na cobrança de dívidas por receio de travamento dos pagamentos.

“Mas a situação ficou ainda pior em razão dos consecutivos rebaixamentos de rating da Americanas, pelas agências de classificação de risco, o que fez com que os bancos se negassem a adiantar recebíveis de cartão de crédito, operação rotineira e historicamente feita pelo Grupo Americanas para capital de giro, drenando mais de R\$ 3 bilhões do caixa da companhia”, afirmou a empresa no documento.

O que diz a Americanas?

Em nota oficial enviada à imprensa, a Americanas afirmou que seguirá operando normalmente dentro das novas regras da recuperação judicial, “cujo um dos objetivos principais é a própria manutenção de empregos, pagamento de impostos e a boa relação com seus fornecedores e credores e investidores de forma geral”.

Para tanto, a empresa informou que o grupo de acionistas referência da empresa, formado pela 3G Capital

Partners — dos sócios Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Hermann Telles —, informou ao presidente do conselho de administração que pretende manter a liquidez da Americanas em patamares que permitam o bom funcionamento da operação de todas as suas lojas.

“Através deste comunicado, pedimos o engajamento de todos os colaboradores nesta nova fase e principalmente dos fornecedores com quem temos relações históricas. A história da Americanas segue com determinação rumo a uma nova fase, com o compromisso com a sociedade e disposta a construir soluções que possam vir atender aos credores da empresa”, afirmou a empresa.

Quais são os próximos passos?

Após a entrada do pedido de recuperação judicial, a Americanas ainda deve aguardar a decisão da Justiça de deferir ou não sua solicitação.

Segundo especialistas da XP Investimentos, caso a recuperação judicial seja sancionada, a companhia

entra no chamado “prazo de blindagem” — um período de 180 dias no qual todas as suas dívidas ficam suspensas. Caso seja necessário, a lei ainda permite a extensão do prazo por mais 180 dias.

Além disso, os analistas da XP ainda explicam que a companhia ainda terá até 60 dias para apresentar a primeira versão de um plano de reestruturação, com as principais medidas a serem tomadas para balancear sua estrutura de capital.

Os especialistas apontam três caminhos prováveis para a Americanas:

- Gestão das obrigações financeiras (passivos), que pode ser feita por meio da negociação dos débitos pela conversão de dívida em ações;
- Injeção de capital: a estimativa da XP é que seria necessária uma captação de R\$ 10 bilhões a R\$ 20 bilhões;
- Desinvestimento (venda) de ativos/marcas que a Americanas é dona (Submarino, Imaginarium, Americanas Express, entre outras).

A empresa ainda tem até 150 dias para convocar uma assembleia de credores para

aprovar o plano de reestruturação.

Por fim, do ponto de vista das ações da empresa na bolsa, os especialistas explicam que as companhias em recuperação judicial não são elegíveis para participar de nenhum índice da B3 — o que significa que as ações da Americanas devem ser removidas dos índices acionários dos quais faz parte (incluindo o próprio Ibovespa) caso o pedido seja sancionado.

Entenda o caso

O escândalo contábil da Americanas começou na semana passada, quando a empresa informou que havia descoberto “inconsistências em lançamentos contábeis” no valor de R\$ 20 bilhões.

Com isso, o então presidente da companhia, Sergio Rial, e o diretor de relações com investidores, André Covre, decidiram deixar a companhia, menos de dez dias após serem empossados.

Desde então, a companhia viu as ações derreterem na bolsa de valores brasileira, perdendo mais de R\$ 8 bilhões em valor de mercado em apenas dois dias.

Fonte: G1 Economia

POLÍTICA

Anderson Torres fica em silêncio em depoimento à Polícia Federal

O ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, não se manifestou em seu depoimento à Polícia Federal, nesta quarta-feira (18), em Brasília. O silêncio foi orientação da defesa, que alega não ter tido acesso à investigação, mas afirma que após análise dos autos, Torres deve se pronunciar. Anderson Torres se entregou à polícia no último dia 14, após ter a prisão preventiva decretada pelo ministro Alexandre de Moraes e referendada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na ocasião, os ministros Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Rosa Weber e Cármen Lúcia acompanharam o relator, Alexandre de Moraes, e votaram pela manutenção da prisão. Já André Mendonça e Nunes Marques discordaram.

O advogado Pedro Henrique Costódio explica que a fase inicial de investigações tem como objetivo comprovar a existência ou autoria de crime. Ele destaca que, nesta fase, a investigação é conduzida por autoridade policial e não há contraditório.

“O investigado pode-se utilizar do direito constitucional garantido de não produzir provas contra



si mesmo, direito de silêncio. E é também, em relação à orientação dos advogados, é necessário que se conheça minimamente quais os fatos estão sendo apurados nessa investigação, para que, efetivamente, a pessoa que está sendo investigada possa, de fato, colaborar ou elucidar os fatos que estão sendo narrados e os elementos que estão sendo levantados naquele inquérito policial”,

afirma.

O ex-ministro é alvo de inquérito, no STF, por suposta omissão e conivência em relação aos protestos violentos, que resultaram na invasão e depredação do Congresso Nacional, STF e Palácio do Planalto, sedes dos Três Poderes. Os atos ocorreram no dia 8 de janeiro, quando Anderson Torres ainda era Secretário de Segurança do DF, mas estava de

férias nos Estados Unidos.

Segundo Costódio, a prisão de Torres é preventiva, com prazo máximo de 90 dias. Após esse período, deve ser reanalisada para verificar se os elementos justificam a prisão.

“Os próximos passos em relação ao processo são a continuidade das investigações, com a possibilidade ou não da manutenção dos elementos que justificam

essa prisão e, ao fim das investigações, é elaborado um relatório pela autoridade policial, e encaminhado ao Ministério Público, que pode oferecer uma denúncia. Somente com o recebimento desta denúncia que efetivamente existe um processo criminal, uma ação penal contra eventual investigado ou acusado”, detalha.

Em uma ação de busca na casa de Torres, em Brasília, a Polícia Federal apreendeu uma minuta de decreto presidencial com suposta orientação para instaurar estado de defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele alega que o documento seria descartado e que foi vazado fora de contexto.

“A minuta pode pesar contra ele se ficar provado que ele teve alguma participação nos atos”, afirma o advogado Helton Marques.

Audiências de custódia

O ministro Alexandre de Moraes recebeu, entre os dias 13 e 17 de janeiro, 1.459 atas de audiência de custódia. Até a última terça-feira (17), 200 decisões foram proferidas sobre a situação dos presos envolvidos no ataque e depredação de prédios públicos em Brasília. Até o momento, 140 prisões em flagrante foram convertidas em prisões preventivas. Moraes apontou evidências dos

crimes de associação criminosa, atos terroristas, inclusive preparatórios, abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de estado, ameaça, perseguição e incitação ao crime.

Outras 60 obtiveram liberdade provisória com aplicação de medidas cautelares por não haver, até o momento, provas da prática de violência, embora fortes indícios apontem envolvimento desses investigados. Dentre as medidas cautelares, estão a proibição de ausentar-se da comarca; o recolhimento domiciliar no período noturno e, nos finais de semana, com uso de tornozeleira eletrônica a ser instalada pela Polícia Federal em Brasília; proibição de utilização de redes sociais; proibição de comunicar-se com os demais envolvidos, por qualquer meio.

Ainda no âmbito dos atos violentos contra as sedes dos Três Poderes, o ministro do STF Gilmar Mendes atendeu a pedido da Defensoria Pública do Distrito Federal e determinou a saída antecipada, como monitoração eletrônica, de 85 detentas em regime semiaberto. O objetivo é disponibilizar vagas na Penitenciária Feminina do DF, que recebeu 513 mulheres detidas no ataque aos prédios públicos.

Fonte: Brasil 61

AUMENTO

Ministro da Educação anuncia reajuste de 14,95% no salário dos professores

Na última segunda-feira (16/01), o ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou um reajuste de 14,95% no salário dos professores, o que representa elevação de R\$ 3.845,63 para R\$ 4.420,55.

De acordo com a lei nº 11.738 de 2008, o reajuste do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica deverá ser realizado em todos os dias 1º de janeiro a cada ano.

Até o momento, a portaria que estabelece o novo piso



ainda não foi publicada, mas de acordo com o Ministério da Educação (MEC) será publicada ainda esta semana no Diário Oficial da União (DOU).

O professor de artes do Instituto Federal de Brasília, Adeilton Oliveira, diz que a criação do piso salarial para os professores trouxe a possibilidade de alcançar o poder de compra.

“Eu acho que pela primeira vez desde a criação do piso, ele começa a realmente ter um impacto bom entre os professores. Eu sempre recebi desde quando eu

trabalhei na Secretaria de Educação, hoje eu estou no Instituto Federal de Brasília, sempre recebemos acima do piso salarial. Mas, para os professores municipais e tudo, hoje, com o piso salarial que eles têm atualmente mais alguns benefícios, hoje eles tem hoje um poder realmente de compra, onde a criação desse piso está se ele for colocado em prática pelos municípios e pelos estados, ele está equiparando os salários dos professores praticamente no Brasil inteiro”, completa.

Em 2022 o reajuste para esta

categoria foi de 33,24%. De acordo com a lei, o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica é atualizado no mês de janeiro de cada ano utilizando o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno (conhecido como VAA), referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, de acordo com a Lei do FUNDEB (Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007).

Fonte: Brasil 61

POLÍTICA

Moraes mantém prisão de 354 investigados por atos nas sedes do Três Poderes

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, decidiu manter a prisão preventiva de 354 pessoas apontadas como participantes dos atos de depredação que ocorreram no último dia oito de janeiro, nas sedes dos três Poderes, em Brasília. Além disso, o ministro optou por colocar em liberdade 220 investigados atendendo a medidas cautelares.

Algumas restrições foram impostas, como proibição de sair de suas respectivas cidades e de usar redes sociais.

Após decretar a prisão temporária dos acusados em preventiva, Alexandre de Moraes julgou que os acusados tentaram impedir o funcionamento dos poderes constitucionais constituídos por meio de violência e grave ameaça. Considerou ainda

que as prisões são necessárias para garantir a ordem pública e a efetividade das investigações.

A especialista em Políticas Públicas e em inteligência antiterrorista da USP, Bárbara Krysttal, explica que em uma situação como essa deve-se analisar e observar como cada acusado agiu para entender em qual crime a pessoa se enquadra. “Em um movimento como



esse há vários tipos de pessoas e é preciso observar como cada pessoa agiu, então não é o mesmo crime para todos. Temos no código penal a caracterização violenta do estado, que é um crime; ou o crime de patrimônio público, que, aí sim, nós temos a questão da organização crimi-

nosa que pode ter uma reclusão de um bom período, de até 12 anos”, afirmou

Aproximadamente 1,4 mil pessoas foram presas após os atos em oito de janeiro. Alexandre de Moraes delegou as audiências de custódia para juízes federais e do Tribunal de Justiça

do DF.

As informações sobre os presos são centralizadas no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e remetidas ao ministro, a quem cabe decidir sobre a manutenção das prisões. As análises das prisões vão até o próximo dia 20.

Fonte: Brasil 61

■ OPORTUNIDADE

Estudo aponta demanda de 797 mil profissionais de tecnologia até 2025

Até 2025, as empresas de tecnologia devem demandar 797 mil profissionais, ao passo que a projeção é de um déficit anual de 106 mil talentos. Números que refletem, segundo a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais, o crescimento acelerado do setor e alertam para a necessidade de ampliar a formação profissional no mesmo ritmo.

Além da alta procura, a carreira promissora e a entrada no mercado de trabalho com salário médio inicial que pode variar entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil fazem da Tecnologia da Informação e Comunicação uma das profissões mais atraídas em termos de geração de emprego nos próximos anos. É uma área de competência transversal, ou seja, todas as indústrias e atividades econômicas demandam profissionais com essa competência, não somente para implantar as inovações da indústria 4.0 como também para servir de referência para as soluções digitais dessa tendência global”, pontua o diretor de Educação e Tecnologia do Sesi/SENAI

Goiás, Claudemir Bonatto.

Para suprir a carência desses profissionais, o SENAI tem reforçado a oferta de cursos on-line e presenciais de níveis técnico, de qualificação e superior. Bonatto ressalta, inclusive, que o mercado de tecnologia está aquecido em Goiás. “De cada 10 ex-alunos de graduação tecnológica, nove estão empregados. Em três anos, em média, finalizam o curso. E muito antes de concluir o ensino superior, eles já têm a oportunidade de se colocar no mercado de trabalho. Em Goiás, temos muitas oportunidades na região de Goiânia e municípios circunvizinhos e nas regiões de Rio Verde, Catalão e Itumbiara”, sinaliza. Ele cita ainda que atividades como manutenção industrial, manutenção mecânica e elétrica, química e automação industrial são garimpadas pelo setor industrial.

Na avaliação da professora e diretora de Políticas e Regulação do Instituto Federal de Santa Catarina, Joelma Kremer, o Brasil tem “grande potencial” para oferta de educação profissional e tecnológica, mas pondera que é preciso investir antes de tudo na formação de base. “Há que se destacar a urgente necessidade de melhoria de desempenho da nossa educação fundamental porque,



muitas vezes, os jovens chegam ao ensino médio sem as competências necessárias para o desenvolvimento dos aprendizados”, analisa.

A especialista considera que esse desequilíbrio no modelo educacional é resultado da “falta de articulação entre a área de educação e as demais áreas da sociedade, especialmente em relação às políticas públicas”. “Para alcançarmos maior valorização da educação profissional, não basta termos técnicos bem formados. Precisamos que o mundo do trabalho os reconheça e os valorize. O

primeiro passo é reduzir a diferença salarial entre egressos de curso superior e os egressos de cursos técnicos. Nos casos em que há grande demanda por técnicos, como no setor de tecnologia da informação e no setor de saúde, já encontramos uma remuneração mais atraente para profissionais técnicos”, indica Joelma.

Tecnologia em sala de aula

A abordagem educacional conhecida como STEAM - sigla em inglês para Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática - tem revolucionado a aprendizagem em

sala de aula, revela o diretor de Educação e Tecnologia do Sesi/SENAI Goiás, Claudemir Bonatto. Oferecida na rede Sesi, ele explica que as áreas de conhecimento são trabalhadas conjuntamente.

“O STEAM está implementado como soluções transversais nos conteúdos estruturados pela educação básica desde o primeiro ano do Ensino Fundamental até a terceira série do Ensino Médio. Do ponto de vista prático, os alunos desenvolvem a capacidade de raciocínio lógico, especialmente no fortalecimento de disciplinas como

matemática, já que a aplicação de soluções de robótica em sala de aula exige conhecimento e domínio sobre linguagem de programação, pensamento computacional e letramento digital. É o grande diferencial para formação de alunos campeões e profissionais e empreendedores da indústria do futuro”, ressalta.

Joelma Kremer julga que a melhoria da educação brasileira, especialmente da educação profissional e tecnológica, deve começar pelo “reconhecimento da importância da profissionalização da sociedade para além da educação superior”. “A educação precisa ser um compromisso de todos. Não há sociedade no mundo onde todos tenham ensino superior. E nas que alcançam níveis bastante altos, como é o caso da Coreia do Sul, outros problemas emergem porque há postos de trabalho e demandas que não são atendidas por profissionais com educação superior. Valorizar os trabalhadores técnicos, reconhecendo sua importância social e econômica, é um bom caminho para o crescimento econômico do Brasil”, completa a professora e diretora de Políticas e Regulação do Instituto Federal de Santa Catarina.

Fonte: Brasil 61

■ SANEAMENTO BÁSICO

Índice de atendimento de esgotos coletados no Brasil chega a 80,8%

Dados dos Diagnósticos Temáticos do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) 2022, divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, revelam que, no Brasil, o índice de atendimento de esgotos coletados chega a 80,8%. Desse total, 50,3% passam por tratamento.

Segundo o ministro do Desenvolvimento Regional, Daniel Ferreira, o Brasil ainda tem margem para melhorar no que diz respeito ao saneamento básico, mas já avançou consideravelmente. Na avaliação dele, esse quadro de evolução decorre de uma participação mais ampla da iniciativa privada no setor, o que poderá, inclusive, contribuir para a universalização dos serviços para a população.

“O investimento público é bom. Ninguém aqui está criticando investimento público em obras de infraestrutura.



Mas não precisamos apenas de volume de recursos. Também precisamos de velocidade. Para conseguir a universalização do setor até 2033 não basta injetar recursos. Precisamos injetar muito recurso, mas com ra-

pidez. E, para injetar rápido, precisávamos virar uma chave, mudar o modelo. E mudamos esse modelo com a aprovação do novo marco regulatório do saneamento depois de ampla discussão”, destaca.

Marco legal do saneamento básico

Sancionado pela Presidência da República em julho de 2020, o novo marco legal do saneamento básico visa modernizar o ambiente regulatório nacional, com

o intuito de estabelecer novas alternativas de financiamento e mecanismos para universalizar os serviços de saneamento básico no país até 2033. Com isso, busca-se garantir que 99% da população tenha acesso ao abastecimento de água. E 90% à coleta e ao tratamento de esgoto.

O marco passou pelo Congresso Nacional e contou com apoio de parlamentares como o deputado federal Vitor Lippi (PSDB-SP). Para ele, trata-se de uma medida de extrema importância que afeta positivamente várias áreas fundamentais para a população.

“O saneamento do Brasil ainda é sofrível, mas o investimento do capital privado, a possibilidade de consórcios e parcerias público-privadas são fundamentais para que possamos garantir um saneamento que ajuda o meio ambiente e, principalmente, a saúde da população. Além disso,

é uma agenda de investimentos porque, ao mesmo tempo, movimenta muito os setores produtivos do país e melhora a qualidade de vida das pessoas”, considera.

Investimento necessário

Um estudo da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon) mostra que o Brasil precisa investir R\$ 893,3 bilhões para que o país tenha 99% da população com água tratada e 90% com coleta e tratamento de esgoto, até 2033.

A projeção é de que ao menos R\$ 308,1 bilhões precisam ser investidos nos próximos 4 anos, para que a meta não seja comprometida. Com isso, estima-se que, em 2026, 91% da população brasileira tenha acesso à água tratada e 71% conte com esgotamento sanitário.

Fonte: Brasil 61

■ EDUCAÇÃO

Prefeitos e vereadores defendem em Brasília mais recursos para a merenda escolar

Mais de 600 prefeitos, vereadores e secretários participaram da última mobilização municipalista realizada pela Confederação Nacional dos Municípios, a CNM. Foram dois dias de debates e imersões em torno das dezenas de pautas de interesse dos municípios brasileiros que

tramitam no Congresso Nacional e que fazem parte do dia a dia de milhares de cidadãos em todo país.

Para o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, o evento teve o objetivo de estimular a participação dos parlamentares dos municípios em defesa das

amplas pautas em defesa dos interesses dos municípios brasileiros.

Entre os temas debatidos no encontro estavam o avanço do Projeto de Lei que possibilita que entidades municipalistas nacionais entrem com Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação

Direta de Constitucionalidade. Outra proposta que defendem, por lei, é a regularização de repasses para merendas escolares aos municípios.

Prefeito da cidade de Lagoa Nova, no Rio Grande do Norte, Luciano Santos, enfatizou que o preço das merendas escolares

precisa ser atualizado por parte do Governo Federal e Ministério da Educação.

Na última segunda-feira, 12, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, esteve em audiência com o líder da Confederação Nacional dos Municípios e alguns participantes do evento.

Na pauta, um pedido de avanço de algumas propostas defendidas pela corporação. Como a que trata da possibilidade dos municípios entrarem com Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Direta de Constitucionalidade.

Fonte: Brasil 61